



ACERVOS AFRO-DIGITAIS: experiências, formação e patrimônio

Maria da Vitória Barbosa Lima (NEABI-UFPB)

Introdução

Esta comunicação tem como proposta apresentar resultados de três projetos que criaram acervos afro-digitais, desenvolvido pelo **Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal da Paraíba (NEABI-UFPB)**, com o objetivo de reunir em plataformas digitais fontes históricas, do período colonial até a fase republicana, divulgar e contribuir com um maior conhecimento a respeito da experiência histórica e cultural da população negra no Brasil. Desta forma, estamos possibilitando a construção de novos conhecimentos na sociedade brasileira a partir de fontes documentais organizadas, permitindo maior acessibilidade e socialização dessas fontes, cada vez mais necessárias, principalmente quando se tem a possibilidade de atingir objetivos voltados ao conhecimento dos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros, dos africanos e de seus descendentes que vivenciaram o processo de diáspora.

Sabemos que o *documento* em qualquer suporte é a “matéria-prima” do historiador(a). E as tecnologias de informação e comunicação tem concretizado a acessibilidade aos registros históricos, por intermédio da digitalização de documentos (em suporte papel, como nossos documentos, ou em papiro ou outros suportes¹) e seu acondicionamento em plataformas digitais disponibilizada na *internet*, garantindo, assim, a democratização do conhecimento e o incentivo à pesquisa histórica, e, sobretudo, à preservação da memória.

Experiências com Acervos Afro-Digitais

Nossa experiência com Acervos Digitais iniciou-se com parcerias com instituições experiente na “arte” de Acervos Digitais, como parceria com a *Universidade Vanderbilt* (EUA) e a *Biblioteca Britânica*². A *Universidade Vanderbilt* através da *Jane and Alexander*

¹ Veja por exemplo a plataforma da Biblioteca Britânica criadora do Programa de Arquivos Ameaçados (*Endangered Archives Programme - EAP*), cujo endereço é <http://eap.bl.uk/database/collections.a4d>

² Veja o livro *From Dust to Digital: ten years of the Endangered Archives Programme* editado por Maja Kominko. Disponível em <https://www.openbookpublishers.com/product.php/283?283> Acesso em: 12 jun. 2017.



Heard Library, em Nashville nos Estados Unidos, proveria os recursos humanos da tecnologia da informação, espaço de armazenamento e preservação tecnológica, e, finalmente, a base de dados e o site *Ecclesiastical and Secular Sources for Slave Societies* (www.vanderbilt.edu/esss) vinculado ao Departamento de História da *Vanderbilt* que disponibilizaria (disponibiliza) as imagens para acesso livre na *internet*. Além do desenvolvimento da solicitação de bolsas junto à Biblioteca Britânica para financiar o(s) projeto(s).

A *British Library*, por meio do *Endangered Archives Programme (EAP)*, ou seja, Programa de Arquivos Ameaçados, que por sua vez tem parceria com a *Arcadia Foundation*, fundo mundial que financia projetos de preservação da memória, viabiliza as verbas para cobrir os gastos de treinamento, viagens, equipamento e bolsas para os estudantes. Vale ressaltar que obtivemos outra fonte de financiamento. Em 2014 obtivemos a aprovação de um projeto no *Edital Minc/UFPE-2013: Preservação e acesso aos bens do patrimônio afro-brasileiro*. Portanto, nossa experiência foi financiada com capital estrangeiro, em sua maior parte, e um pouco de capital nacional.

O NEABI-UFPB, desde a sua formação, em 2011, tem desenvolvido projetos de pesquisa, extensão e ensino tendo com ponto central a temática étnico-racial. Por esse motivo, coube a nós, inicialmente, as ações de selecionar as instituições com potencialidade para o desenvolvimento do projeto, assim como obter a carta de aceite dos administradores das instituições selecionadas e inventariar a documentação a ser digitalizada.

As coleções selecionadas e digitalizadas nos municípios paraibanos são provenientes de três projetos de extensão: 1- **EAP 627 Documentos Ameaçados: digitalização de fontes eclesiais e seculares em São João do Cariri e João Pessoa/Paraíba/Brasil**, projeto com apoio da Biblioteca Britânica (*British Library* - Inglaterra) e Universidade Vanderbilt (Estados Unidos), realizado no período de agosto de 2013 a julho de 2015; 2 - **Patrimônio Afro-brasileiro no Nordeste Oriental: acervos digitais e experiências negras na Paraíba** (MINC – UFPE), julho de 2014 a junho de 2015; 3 - **EAP 853 Criação de Arquivo Digital de Registros Criminais e Notariais do século XVIII e XIX, em Mamanguape, São João do Cariri, e João Pessoa, Paraíba, Brasil**, projeto com apoio da Biblioteca Britânica (*British Library* - Inglaterra) e Universidade Vanderbilt (Estados Unidos) – agosto de 2015 a julho de 2017.

Como resultado do **EAP627**, selecionamos apenas os livros mais antigos existentes nas instituições selecionadas, dos quais 82.890 imagens JPEG ou CR2 foram digitalizadas.



Sendo que na *Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri*, do período de 1752 a 1931, foram digitalizados 54 volumes manuscritos, sendo 16.606 imagens JPEG ou CR2, que estão organizadas nas seguintes séries: batismo, crisma, casamento, óbito, filiação e finanças, e compreende o período de 1752 a 1931.

No *Arquivo do IHGP* catalogamos e digitalizamos a documentação constituída por 68 livros e 14 pastas suspensas com documentos avulsos, manuscritos e impressos, de 1660 a 1917, que perfazem o total de 18.196 imagens JPEG ou CR2, distribuídos em 12 séries denominadas: Escrituras, Ordens Régias, Correspondência de Governo, Livros de Notas, Justiça, Rendas e Transporte, Emancipação de Escravos, Legislação Provincial e Constituição Estadual, Partidos Políticos, Atlas Geográfico, Missais, Documentos Avulsos Coloniais, Imperiais e Republicanos.

No *Arquivo Histórico da Paraíba* (renomeado como Arquivo Histórico Waldemar Duarte) contemplamos apenas os livros manuscritos de 1701 a 1889. Foram 128 livros digitalizados que produziram 48.088 imagens CR2 ou JPEG e compõem as séries: Registro de sesmarias, Registro de terras, Atos da Administração Central (Portugal e Brasil), Cartas Patentes, Atos de Governo da Paraíba, Prefeitura e Chefia de Polícia, Instrução Pública, Câmara Municipal e Assembleia Provincial, Tesouro Provincial, Administração de Rendas, Magistrados.

O projeto **Patrimônio Afro-brasileiro** teve como objetivo a preservação e acesso aos bens do patrimônio afro-brasileiro. Este projeto previa a acessibilidade da sociedade civil ao patrimônio afro-brasileiro, através da Plataforma Tainacan (Cultura Digital) do Ministério da Cultura do Brasil, que existia em diferentes linguagens (textual, iconográfica e audiovisual) para a digital. Ao articularmos o referido projeto com o EAP 627, conseguimos produzir um Acervo Digital com documentos do Arquivo do IHGP e do Arquivo Histórico da Paraíba, contemplando 31.346 imagens em JPEG ou CR2 e sete vídeos-documentários de lideranças e personalidades negras da Paraíba.

A escolha de lideranças negras paraibanas, homens e mulheres, recaiu em Dona Edite, cirandeira e moradora do quilombo de Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande / PB; o jornalista Severino Ramos, João Pessoa / PB; a psicóloga Maria do Socorro Pimentel, da Coordenadoria de Negros e Negras e *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT)* da Prefeitura Municipal de João Pessoa / PB; o professor universitário aposentado Josemir Camilo de Campina Grande / PB; o professor Moisés Alves, do Movimento Negro e do Projovem Urbano de Campina Grande / PB; o professor Paulo Pereira



do Movimento Negro de Souza / PB; Gilvanete Carvalho (Tutu Carvalho), formadora na empresa Projovem Urbano e Coordenadora na empresa Escola Sempre-Viva, João Pessoa / PB. Elaboramos e construímos os perfis biográficos das lideranças negras entrevistadas, coletamos e acessamos as informações sobre estas pessoas, utilizando diferentes fontes na web, como dissertações, blogs, facebook.

Além do caráter social da pesquisa, articulamos a perspectiva teórica que favoreça a troca e o compartilhamento de saberes na perspectiva multicultural, que confronta a “branquitude”, ou seja, o padrão hegemônico europeu nas relações sociais, e propõe uma sociedade mais plural, na qual novos imaginários, representações e subjetividades podem ser construídos. Nossa proposta é definidora na construção e afirmação de uma identidade positiva da população negra e de seus antepassados, e colabora para evidenciar a diversidade cultural presente no âmbito da sociedade brasileira.

Os vídeos-documentários com lideranças e personalidades negras da Paraíba, ativistas da luta antirracista (professoras/es, cirandeira e quilombola, jornalista, psicóloga), que nasceram no século XX e ainda vivem na Paraíba do século XXI merecem ser conhecidas pelas gerações atuais e futuras, como patrimônio cultural afro-brasileiro.

O EAP853 está digitalizando a documentação cartorial das comarcas de São João do Cariri, Mamanguape e João Pessoa. Estes arquivos possuem documentos produzidos pelo *Juízo de Órfãos e Ausentes* (inventários, testamentos, procurações, prestações de contas de tutores, entre outros), *Juízo Comercial* (Justificação de embargo, Ação de crédito e assinatura de dez dias, Libelo cível de embargo, Ação de despejo, Carta de sentença de ação ordinária comercial, Libelo cível de dívida, etc.) e *Juízo Municipal de Direito* (Ações Criminais e Cíveis). Digitalizamos 1.960 itens documentais e mais 5 livros, contabilizando mais de 151 mil imagens JPEG e CR2.

Os acervos digitais estão disponíveis em plataformas digitais da Vanderbilt University,

(http://www.vanderbilt.edu/esss/brazil/project_s/projectparaiba.php) e do Ministério da

Cultura

(<http://afro.culturadigital.br/collection/neabiaf>



Imagem 1: Arquivo do Fórum de João Pessoa-PB
Fonte: EAP853 (2015) – David LaFevor



roparaiba/). Para divulgarmos a documentação digitalizada junto à comunidade acadêmica e a sociedade civil criamos uma *fan page* na rede social *facebook*: Acervos Digitais e Diáspora Africana (<https://www.facebook.com/Acervos-Digitais-e-Di%C3%A1spora-Africana-1063666230370152/?fref=ts>).

Formação e Possibilidades

Os projetos de extensão tem, também, como meta colaborar no processo de formação de estudantes de graduação, especialmente, dos cursos de História e Arquivologia, tanto a capacitação profissional em arquivo (localização e identificação documental, conservação, descrição, digitalização e disponibilização de informações em acervo digital) quanto à produção de pesquisa histórica.

Os projetos acima referenciados de extensão mantém uma política que promove a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Destacamos nos projetos a **relevância acadêmica**, pois o mesmo está em consonância com o **Projeto Pedagógico dos Cursos de História e Arquivologia**, no que concerne à preparação de mão de obra técnica na organização de acervos e digitalização de documentos. Essa tarefa pode ser realizada por estudantes e profissionais das áreas da Arquivologia e da História, como de outros cursos. Ao entrarmos em um arquivo para digitalizar sua documentação ela requer uma série de etapas que se revela na organização do referido acervo. Por exemplo, no projeto EAP 853, antes de digitalizarmos a documentação dos Arquivos dos Fóruns das Comarcas de Mamanguape, São João do Cariri e João Pessoa, realizamos as seguintes etapas:

- 1) *Localizar e selecionar a documentação entre o universo da massa documental acumulada nos "arquivos". Fica evidenciado na **imagem 1** que esta etapa era essencial, pois devido a inadequação do espaço físico, armazenagem e acondicionamento, a documentação estava “perdida”*



Imagem 2: Documento do Fórum da Comarca de Mamanguape – PB
Fonte: Secretaria de Comunicação do Tribunal de Justiça da Paraíba (2016)



na massa acumulada, sobretudo no Arquivo do Fórum da Comarca da Capital.

- 2) *Identificar* a documentação (nomear, ou seja, dar um título): consiste em analisar os documentos propriamente ditos, necessidade de conhecimento de outras ciências como diplomática e paleografia (Veja imagem 2 e 3). Nesta etapa, o nosso pouco conhecimento sobre os documentos jurídicos (nossa experiência era com inventários, testamentos e algumas ações de liberdade) e sua linguagem, tomou-nos mais tempo que o previsto. A identificação documental necessitou recorrer ao estudo da legislação judicial, a estrutura do Tribunal de Justiça na Paraíba, teses, dissertações, artigos, manuais e catálogos sobre o “*foro extrajudicial*”, ações dos cartórios (hoje Serviços Notariais e Registral) e o “*foro Judicial*”, ações distribuídas aos juízes e escrivânias competentes.
- 3) *Higienização mecânica*: consiste na retirada da poeira e clips ou grampos metálicos existentes na documentação. Os documentos aparentavam não terem sofrido a ação de higienização, o problema maior não era a poeira e os fungos, mas o veneno existente nos inventários do Arquivo do Fórum Nivaldo Farias de Brito, Comarca de São João do Cariri. Os bolsistas e voluntários dos projetos foram capacitados na ação de higienização e o uso de equipamentos de proteção individual.
- 4) *Encapilhamento*: colocar a documentação em capilhas com a respectiva identificação (Veja imagem 3).
- 5) *Criação do arranjo da documentação* que consiste em agrupar a documentação em séries. Algumas delas criadas pelos funcionários de algumas das instituições (mas não implantadas em todos os arquivos dos Fóruns) como “inventários”, “ações criminais”, “ações cíveis”. A documentação não identificada pelos funcionários dos Fóruns, denominada, às vezes, de “processos diversos”, foi agrupada em séries como “Juízo de Órfãos e Ausentes”, “Ações Comerciais”.

Enfim, temos que dar uma organicidade (organizar de acordo com a relação natural

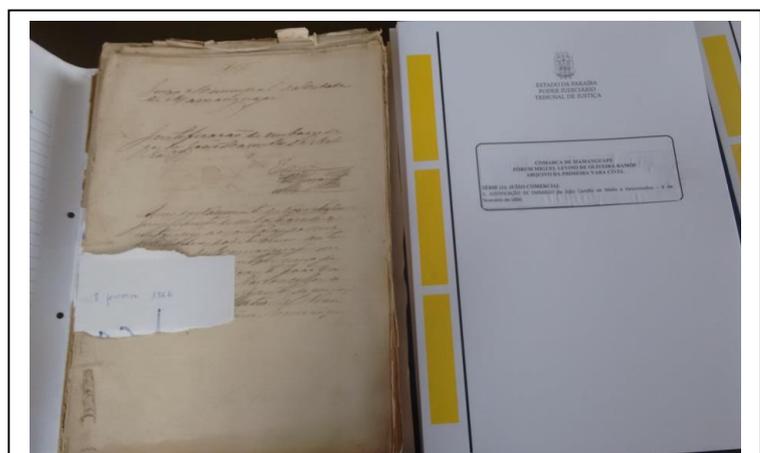


Imagem 3: Identificação documental e Encapilhamento
Fonte: EAP853 (2016)

entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade) à documentação para poder digitalizar. Somente após essas etapas é que a documentação é digitalizada.

Para a digitalização é utilizado o recurso da fotografia, que devido a fragilidade da documentação não é aconselhável a sua digitalização por scanner. Foram



Imagem 4: Processo de Digitalização
Fonte: EAP853 (2015)

utilizadas câmaras digitais profissionais, sempre acopladas a um tripé que cria estabilidade para a imagem, como também, disparadores que impedem que as imagens fiquem embaçadas e/ou ilegíveis, tabelas de cores, réguas para dimensionar o tamanho do documento, feltro (ou tecido) preto como fundo da imagem para contrastar com o documento, computadores e HD externos para o armazenamento das imagens.

A digitalização não encerra o trabalho, faz-se necessário realizar a descrição (resumo) *de cada livro ou item documental* para isso sintetizamos os elementos necessários para a descrição dos documentos, tais como identificar espécie / tipo documental, autoria e cargos / títulos nobiliárquicos, destinação, assunto (dispositivo), datas-limite (cronológica) e data tópica, etc. Os resumos atendem aos critérios exigidos pelo Programa de Arquivos Ameaçados (EAP) e de acordo com *International Standard for Archival Description (General)* (ISAD(G)) para o preenchimento da lista de materiais digitalizados³. É importante que o EAP receba informações sobre o arquivo físico e as cópias digitais para que seja possível aos pesquisadores acessar informações no catálogo e no site EAP.

Podemos destacar a possibilidades de estudos sobre: formação de redes de sociabilidades entre a população escravizada; os papéis que desempenharam os libertos em suas alforrias e na extinção da escravidão; os espaços e a distribuição da população livre, escravizada e liberta na Paraíba; as transgressões dos escravizados; religiosidade da população negra com o estudo dos compromissos das irmandades negras.

³ Confira em BRITISH LIBRARY. Programa de Arquivos Ameaçados. **Diretrizes de criar listas de materiais arquivísticos.** Tradução de Courtney J. Campbell. Agosto 2015.

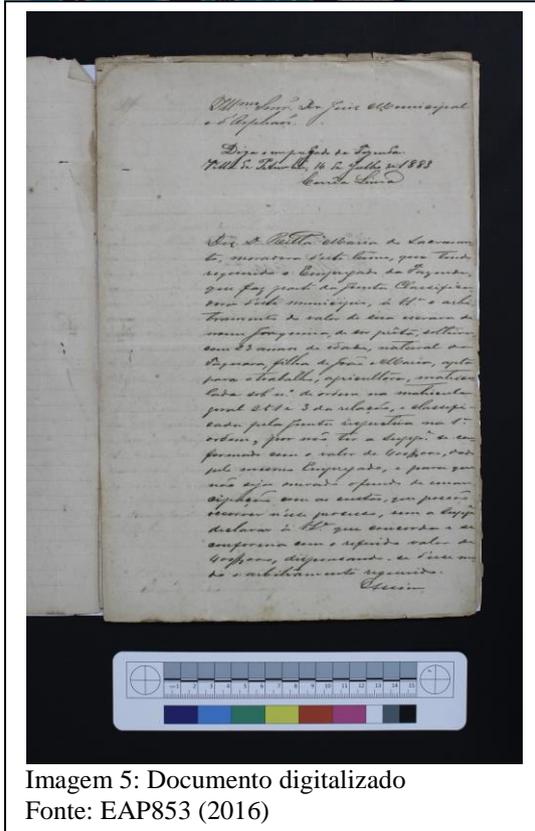


Imagem 5: Documento digitalizado
Fonte: EAP853 (2016)

Com a documentação proveniente do Juizado de Órfãos e Ausentes (inventários, testamentos, procurações, prestações de contas de tutores), podemos perceber as relações entre senhores e escravizados, assim como os trabalhos executados pelos cativos e a identificação de seus familiares; as separações familiares e as possíveis alforrias de escravizados.

A documentação do Juízo Comercial possibilita perceber como certas famílias enriqueceram e se endividaram na Paraíba, assim como as negociações resultantes desse processo de endividamento.

As possibilidades de pesquisas com a documentação digitalizada são imensuráveis.

Ressaltamos que a participação de estudantes de História na organização e digitalização documental possibilitou condições para a formação de estudantes na área da pesquisa, pois a atuação junto ao acervo tem colaborado para a elaboração de trabalhos científicos nos diferentes níveis de profissionalização da comunidade acadêmica. Assim, os bolsistas integrantes dos projetos de digitalização são estimulados a apresentarem trabalhos científicos em eventos⁴, à produção de artigos⁵, trabalhos de conclusão de curso⁶ e dissertações⁷.

Acervos Digitais e Patrimônio Afro-Brasileiro

⁴ SOUSA, Anicleide de; CASSAMA, Cadidjatu. **Experiência em digitalização de fontes históricas para o estudo da população negra na Paraíba**, no V Seminário Nacional de Estudos Culturais Afro-brasileiros e III Semana Afro-paraibana, 04 a 06 de novembro de 2014.

⁵ LIMA, Leslyanne R. de; SILVA, Sara Kelly S. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte e a digitalização de documentos ameaçados. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/view/21856/12863> Acesso em: 12 jun. 2017.

⁶ PACHECO, Josilene. **Militares na Província da Paraíba do Norte: participação de homens negros no Exército e Guarda Nacional (1850-1864)**. Trabalho de conclusão de curso, 2016;

⁷ Exemplos: ALVES, Solange Mouzinho. **Parentescos e Sociabilidades: experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri), 1752-1816**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2015; CAVALCANTE, Eduardo Q. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri, 1850-1872)**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2015.



Segundo Choay (2006, p. 26), “todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função de memorial”. O documento (suporte e informação) tem por finalidade provar, mas também, como um objeto de saber, um testemunho histórico, de reviver um passado, conhecê-lo e compreendê-lo. É uma construção do passado no presente.

O documento enquanto artefato e fonte de memória tem a propriedade de conservar certas informações e, por meio dessas, podemos, pesquisadores ou não, atualizar e analisar informações. Sabemos que o documento é a “matéria-prima”, fonte, do historiador. E que grande parte das fontes documentais, em suporte papel, encontra-se em arquivos. A criação de acervos digitais permite a preservação dos documentos: memória e patrimônio das sociedades.

A memória é a base de todo o conhecimento. É nela que se encontra a memória social, individual e coletiva, que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas. A memória é aqui entendida como patrimônio cultural da humanidade.

O termo patrimônio, segundo Poulot (2009) define-se:

[...], ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades. (POULOT, 2009, p.13)

O **Patrimônio Afro-digital** configura a patrimonialização como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da preservação. Para isso, há a necessidade da digitalização dos “documentos ameaçados” para sua melhor conservação. E com isso, proteger a fonte histórica de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com o intuito não só de mantê-la no presente, como de permitir sua existência no futuro.

Vale ressaltar que os **Acervos Afro-Digitais** constituem-se de um conjunto de bens de valor cultural, portanto, todos os cidadãos devem tomar para si, tomar como propriedade, apoderar-se deles enquanto elemento de suas identidades.

Considerações Finais



Entendemos que os documentos históricos disponibilizados nos Acervos Afro-Digitais possibilitam a democratização do acesso às informações e disponibilizam memórias, que são representações do passado, cabendo o(a) historiador(a) dar significado às ações humanas e evidenciar as experiências humanas e, a partir do campo da História Social, pode construir novas narrativas sobre os inúmeros sujeitos sociais que compuseram (e compõem) a cena histórica brasileira, como a população negra em diáspora africana.

A UFPB, com a execução dos supracitados projetos, está prestando um serviço impagável à sociedade brasileira, em especial à paraibana, mediante o acesso à memória histórica de diferentes sujeitos sociais e às suas culturas e, portanto, direito de toda/o cidadã/o.

Referências

BRASIL. CONARQ. Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes. Rio de Janeiro: abril 2010. Disponível em: http://docfilm.com.br/wp-content/uploads/2014/11/recomendaes_para_digitalizao.pdf Acesso em: 22 fev. 2017.

BRITISH LIBRARY. Programa de Arquivos Ameaçados. **Diretrizes de fotografar e escanear materiais arquivísticos**. Tradução de Courtney J. Campbell. Agosto 2015.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Preservação do Patrimônio Documentário e Representação Digital. 2007. VIII ENANCIB, Salvador-Bahia, 2007. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/viewFile/2835/1963> Acesso em: 25 set. 2016.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: IFHC, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

PACHECO, Leila S. Informação enquanto artefato. **Informare** - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - CNPq/IBICT, v. 1, n. 1, p. 20-24, jan./jun 1995.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.



SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Movimentos Sociais, Memória e História. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ANDES-SN, p. 185-193, 2008.